

Dossiê

Espaços, simbolismos e relações de poder

Intervenções, regulações e contestações. Olhares sobre as cidades contemporâneas

Roberta Guimarães²

Vanessa Marx³

Resumo

A apresentação do Dossiê “Espaços, simbolismos e relações de poder” expõe e comenta sete textos que debatem os processos de produção e simbolização dos espaços, sejam eles classificados como urbano, rural, popular, étnico-racial, de gênero etc. Com o objetivo de inter cruzar olhares e fomentar um amplo diálogo, selecionamos pesquisas realizadas em Lisboa, Buenos Aires, Cariri cearense, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O resultado foi a formação de um corpo de artigos que analisa traços marcantes do tempo presente, como a crescente mercantilização dos espaços, a onda de políticas governamentais de viés conservador e a disseminação de iniciativas de reconhecimento de memórias coletivas. Foram ainda observados como indivíduos e coletividades percebem os locais que habitam, quais ações impetram para garantir seus interesses ou provocar mudanças na ordem social e como determinadas intervenções reificam ou desestabilizam ordenamentos territoriais, diferenças culturais e desigualdades sociais. A partir dos textos, desenhamos um itinerário de leitura dividido em dois grandes eixos. O primeiro composto por análises que privilegiam a compreensão dos processos de financeirização e explorações fundiária, imobiliária, turística e securitária, bem como a operação da máquina política e burocrática do Estado pelos entes privados e seus interesses. E o segundo com estudos que se voltam de forma mais acentuada para o entendimento dos dissensos e conflitos em torno dos modos de ocupação dos espaços e dos pleitos de reconhecimento social de segmentos subalternizados e minoritários.

² Professora Adjunta do Departamento de Antropologia Cultural da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ. Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. *E-mail*: guimaraes.roberta45@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia da UFRGS. Doutora em Ciência Política e Administração pela Universidad Autónoma de Barcelona, com diploma reconhecido pela USP. *E-mail*: vanemarx14@gmail.com.

Palavras-chave

Cidades. Espaços. Poder. Conflitos. Simbolismos.

Abstract

The presentation of the "Spaces, Symbolisms and Power Relations" Dossier exposes and comments on seven texts which debate the processes of creation and symbolization of spaces, be them classified as urban, rural, popular, ethnic-racial, of gender, etc. With the aim of intercrossing the perspectives and fomenting a broad dialogue, we have selected research taken place in Lisbon, Buenos Aires, the Cariri area in Ceará, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre and Rio de Janeiro. The result was the formation of a body of articles that analyze striking traces of the present time, such as the growing commodification of spaces, the wave of governmental policies with a conservative bias, and the dissemination of initiatives of collective memories recognition. We also observed how individuals and collective groups perceive the places they inhabit, which actions they demand to guarantee their interests or provoke changes in the social order and how certain interventions reify or destabilize territorial ordainments, cultural differences and social inequalities. From the texts, we design a reading itinerary divided in two great axes. The first is composed by analysis which privilege the comprehension of financialization processes and agrarian, real estate, tourist and security exploration, as well as the State's political and bureaucratic machine operated by private entities and their interests. And the second with studies which focus with more emphasis on the understanding of dissents and conflicts concerning the ways of space occupation and the pleas of social recognition by subordinated and minority segments.

Keywords

Cities. Spaces. Power. Conflicts. Symbolisms.

O dossiê Espaços, simbolismos e relações de poder começou a ser organizado no ano de 2019 e foi finalizado no segundo semestre de 2020. O trabalho foi assim concluído em um contexto mundial adverso e novo com a pandemia do Covid-19. Organismos internacionais e alguns governos nacionais determinaram medidas de proteção, como o isolamento social e o fechamento de fronteiras entre países. Em poucas semanas, muitas pessoas tiveram que adaptar hábitos para adotarem a modalidade de trabalho virtual, e tantas outras se viram completamente excluídas do mercado de trabalho ou com suas rendas reduzidas.

Nessa crise global, as cidades se tornaram epicentros da pandemia e implementaram medidas mais restritivas em relação à circulação e interação

social. No Brasil, onde a desigualdade é abismal, nos centros urbanos se concentraram as “soluções” e os “problemas”. Por um lado, eles sediam grande parte dos hospitais de referência capazes de tratar as vítimas. Por outro, também abrigam as principais vulnerabilidades e riscos de mortalidade, em função da crescente população em situação de rua e a precariedade das condições da moradia popular.

As assimetrias se tornaram mais agudas. “Periferias, favelas e subúrbios”, variações terminológicas para designar os lugares onde moram os pobres, ficaram desassistidos e sofreram os maiores impactos diante da falta de abastecimento de água, da ameaça de despejos, da inadequação do saneamento básico e da lotação dos postos de saúde. O período de tensão social aprofundou também as desigualdades de gênero, com o aumento da violência doméstica contra as mulheres. Como alertou a ONU Mulheres⁴, foram também elas que ficaram na linha de frente do Covid-19, correspondendo a 70% do total dos profissionais que enfrentaram a pandemia atuando como enfermeiras, cuidadoras de familiares doentes e de idosos, entre outras atividades (SCAPINI; MARX, 2020).

Por seu turno, houve agentes que mantiveram padrões de lucro e tentaram aproveitar as oportunidades trazidas pela pandemia. Eles mobilizaram justificativas, condutas e procedimentos que, segundo seus argumentos, seriam capazes de preservar vidas sem alterar modelos econômicos. Por meio de omissões governamentais ou até mesmo de incentivos institucionais e jurídicos, seus negócios pareceram pairar sobre as ações de controle sanitário. Protegidos pela classificação genérica e permissiva dos “serviços essenciais”, diversas atividades industriais, comerciais e de serviços foram mantidas em funcionamento, como no caso das obras costumeiras da construção civil, dos trabalhos domésticos ou dos aplicativos de entrega de produtos, assujeitando trabalhadores a uma perigosa produtividade (CASTRO; GUIMARÃES, 2020).

Ainda que iniciativas de solidariedade tenham sido organizadas por coletivos e instituições de apoio aos mais vulneráveis, o que as formas públicas de lidar com a pandemia vêm demonstrando é um projeto intenso de desarticulação dos mecanismos de assistência social do Estado, a construção ativa de uma “biopolítica da precariedade”, que estabelece hierarquias no valor da vida (LEITE, 2020). Assim, gradualmente se reforçou no imaginário do país

⁴ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mulheres-na-linhas-de-frente-da-covid-19/>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

a naturalização do adoecimento da população pobre (em especial a negra), hoje a principal vítima fatal do vírus.

Contudo, a mudança de contexto mundial em função do Covid-19 apenas realçou vulnerabilidades, assimetrias e exclusões. Não as criou. Por isso, os textos reunidos no presente dossiê não ficaram anacrônicos. Pelo contrário, eles se mostram oportunos por iluminarem aspectos estruturais das desigualdades sociais e da geopolítica do planeta, em especial dos atrelados a dinâmicas de urbanização e globalização. Trazemos, assim, debates sobre a rápida transformação das localidades, os conflitos precipitados por deslocamentos e migrações, os léxicos supostamente universais que atravessam fronteiras e organizam identidades, a transnacionalização dos fluxos financeiros. Fenômenos que encontram nas configurações e nos modos de apreender e narrar os espaços suas bases de realização e tensão, seus pontos de concentração e dispersão.

A variedade de abordagens teóricas e opções metodológicas dos artigos aqui reunidos se deve à maneira fluida como foi estabelecida essa rede de investigação, a partir de trocas e diálogos em encontros nacionais e internacionais de antropologia, sociologia e ciências sociais. São pesquisas que mobilizam teóricos clássicos e contemporâneos para refletir sobre os processos físicos e simbólicos de criação, narração, gestão e destruição das experiências humanas. E que recorrem a conceituações diversas, tais como “território”, “lugar”, “região”, “paisagem” etc. O dossiê traduz assim uma conexão dinâmica e disposta a abranger contextos múltiplos de produção de conhecimento que têm nos “espaços” foco privilegiado de análise, sejam eles indexados a demarcadores como urbano, rural, popular, étnico-racial, de gênero etc. Como centro de articulação, autores e autoras têm o entendimento de que, através dessas variadas classificações, são movimentadas complexas relações de poder e mecanismos de simbolização.

Com o intuito de intercruzar olhares e fomentar um amplo debate, reunimos pesquisas de diferentes locais: Lisboa, Buenos Aires, Cariri cearense, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O resultado foi a formação de um corpo de artigos que analisam traços marcantes do tempo presente, como a crescente mercantilização dos espaços, a onda de políticas governamentais de viés conservador e a disseminação de iniciativas de reconhecimento de memórias coletivas. Estão aí certamente contempladas observações sobre como indivíduos e coletividades percebem os locais que habitam, quais ações impetram para garantir seus interesses ou provocar mudanças na ordem social e como os processos de organização e simbolização dos espaços reificam ou

desestabilizam ordenamentos territoriais, diferenças culturais e desigualdades sociais.

A partir dos textos, desenhamos um itinerário de leitura dividido em dois grandes eixos: o dos estudos interessados nas políticas governamentais e nas formas de gestão populacional e territorial; e dos dedicados às disputas sobre os usos e significados dos espaços. Assim, grosso modo, podemos dizer que, no primeiro eixo, as análises privilegiam a compreensão dos processos de financeirização dos territórios atrelados às explorações fundiária, imobiliária, turística e securitária, bem como da utilização da máquina política e burocrática do Estado por entes privados e seus interesses. E, no segundo eixo, os textos se voltam de forma mais acentuada para o entendimento dos dissensos e conflitos em torno dos modos de ocupação dos espaços e dos pleitos de reconhecimento social e/ou cultural de segmentos subalternizados e minoritários.

Como perceberão, essa não é a única forma possível de relacionar os textos, tampouco autores e autoras se detêm exclusivamente a um ou outro aspecto acionado como princípio de organização. Na maior parte dos artigos, as questões concernentes aos processos políticos de formação, transformação e ocupação dos espaços foram analiticamente entrelaçadas. Ao passearem pelos textos, convidamos então leitores e leitoras a refazerem outros tantos itinerários e interpretações, buscando novas associações temáticas e teóricas. Pois, como sugere Michel de Certeau (1998), assim como no ato de caminhar, na produção de um relato o que ordena e confere significado é a prática de quem o percorre. Desse modo, desejamos a todos e todas uma boa viagem.

Discursos e práticas de intervenção, regulação e competição

O fenômeno da globalização influencia cada vez mais as dinâmicas sociais, intensificando as interdependências no planeta. Na perspectiva neoliberal, os fluxos de capitais são voláteis e não encontram barreiras para sua fixação, o que acentua competições entre localidades e gera inseguranças sociais. Os fatores econômicos se apresentam como variável prioritária, com o poder político dos Estados nacionais se moldando para atender às forças do capital, das empresas transnacionais e dos mercados financeiros. Esses agentes atuam no território, criando regimes urbanos próprios para gerir as populações, em um retrato do que David Harvey (2006) denominou desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse contexto, a modalidade de intervenção que vem sendo mobilizada por diferentes países é a que mina ativa e intencionalmente os próprios alicerces do Estado, enfraquecendo sua missão de prestador de serviço público.

Contudo, o neoliberalismo não destrói apenas direitos e instituições. Ele é também um sistema normativo que estende a lógica do capital para todas as relações sociais e esferas da vida, produzindo subjetividades. Essa norma impõe a todos que vivam em competição, constrange assalariados e populações a travarem uma luta econômica uns contra os outros, mobiliza justificativas para as desigualdades profundas. Por fim, leva o próprio indivíduo a se pensar e a se comportar como uma empresa. É assim uma lógica ao mesmo tempo mundial e total, ao englobar as diversas dimensões da existência humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa diversidade de agentes que atuam nos territórios de um mundo globalizado e produtor de múltiplas frentes de competição é abordada nos três primeiros artigos do dossiê. Seus estudos convergem no interesse pelos contemporâneos manejos estratégicos de marketing urbano, sejam eles atrelados à performatização de uma determinada etnicidade, a uma exacerbada preocupação com dispositivos securitários ou à sedução de um estilo de vida ecológico indexado a empreendimentos residenciais. A partir desse olhar em comum, cada autor e autora toma seu campo de pesquisa para analisar as imbricadas relações entre agentes sociais diversos que promovem as “intervenções urbanas”: representantes governamentais, empresários do mercado imobiliário e turístico, profissionais de arquitetura e urbanismo, associações de moradores e imigrantes, entre outros.

Podemos dizer que suas reflexões buscam compreender como determinados “atos estatais” (BOURDIEU, 2012) são operados para efetuar as transformações da cidade. Focalizam, dessa forma, atores políticos, econômicos e intelectuais que em contextos específicos se fizeram e continuam se fazendo Estado, realçando como suas redes sociais agem na autorização e legitimação das intervenções urbanas. Ao produzirem um conhecimento sobre os discursos e práticas estatais de conformação dos espaços, os textos enfatizam em especial os interesses, alianças e conflitos dos “de cima”, ou seja, daqueles que possuem algum tipo de capital econômico ou simbólico. O traço distintivo desses atores é o domínio dos meios de produção ou dos códigos culturais que articulam para executar seus projetos particulares nas cidades, muitas vezes apresentados como destinados ao bem público (NADER, 1972; CASTILHO; SOUZA LIMA; TEIXEIRA, 2014; BEZERRA, 2017).

No artigo que abre o dossiê, “Migração e diversidade na cidade empreendedora: definindo o cenário para os novos imaginários urbanos”, Nuno Oliveira tematiza os diferentes fluxos, mediadores e intermediadores envolvidos nos processos de revitalização das áreas centrais de Lisboa e Buenos

Aires. Embora diferenciadas quanto a seus aspectos sociográficos, geográficos e étnicos, essas cidades foram escolhidas para análise por concentrarem em seus domínios os números mais expressivos de residentes estrangeiros dos países de Portugal e Argentina. O autor demonstra como ambas as cidades se apoiam economicamente no setor turístico e partilham da ideia de utilizar a diversidade cultural como elemento das políticas de desenvolvimento urbano, através de práticas celebratórias.

Ao comparar as duas experiências de governança urbana, Oliveira argumenta que os traços culturais dos imigrantes têm sido trazidos para os processos de revitalização por meio de modelos empresariais específicos, que utilizam estratégias similares para lidar com a diversidade étnica, operando principalmente três dimensões: a estetização, o marketing de lugar e o “ethnic showcasing”. Seu artigo reflete, assim, sobre uma das tendências atuais das governanças das grandes cidades, que é o incentivo à apropriação da noção de cultura, seja por parte de ativistas políticos de grupos minoritários, através das suas capturas pela lógica do mercado identitário de cunho étnico, ou por gestores urbanos de variadas matrizes ideológicas. A afirmação da identidade e do multiculturalismo se coloca, portanto, não apenas como uma maneira de promover a diversidade e a tolerância entre as diferenças culturais, mas principalmente de rentabilizar territórios via atividades turísticas.

Na sequência, Ramiro Segura e Joaquín Vélez refletem sobre as práticas e discursos envolvidos nas intervenções urbanas, com o artigo “Ordenar la casa. Securitización, jerarquización y regulación del espacio urbano en la política de *Cambiamos en La Plata* (2015-2019)”. Os autores investigam uma política urbana cujo slogan era *La Plata. Estás en casa*, apresentando como ela se baseou em um diagnóstico feito pelas classes médias e altas sobre a suposta decadência e falta de planejamento da capital da província de Buenos Aires. Articulada pelo governo de coalizão de direita *Cambiamos*, a proposta tinha um significado de “arrumar” a cidade, como se essa fosse uma réplica ampliada da casa. Os autores problematizam então o slogan: Casa para quem? Casa para quê?

A partir do diagnóstico do presente e dos “futuros passados” da cidade, Segura e Vélez propõem pontos que ajudam a refletir sobre a referência da política urbana como expansão de um determinado ideal de casa. Mostram, assim, as práticas mobilizadas pela administração da cidade para recuperar a “casa tomada” através da criação de corpos de vigilância municipal, iluminá-la para torná-la segura, regular seus usos em relação aos atores informais. Ações que, como apontam, mobilizaram visões políticas conservadoras e colocaram em xeque questões fundamentais para a vida urbana democrática,

como a liberdade e igualdade de condições de acesso à cidade, o direito à (in)diferença e as possibilidades de dialogar e dissentir. Sugerem, assim, que houve a articulação de um “urbanismo revanchista e autoritário” em nome da segurança, aliado à tendência do capitalismo global pela securitização. Finalizam então destacando que a metáfora da cidade como casa autoriza o estabelecimento de limites ou fronteiras urbanas. Caberia então a provocação de outra pergunta: Quem (não) entra na casa?

O artigo de Rachel Paterman, “Construindo a paisagem: arquitetura, meio ambiente e poder em um Rio de Janeiro em expansão”, encerra esse primeiro bloco de questões reconstruindo as redes de relações sociais e as elaborações simbólicas mobilizadas pelos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Sua pesquisa parte de registros discursivos de profissionais de arquitetura sobre a trajetória de Fernando Chacel (1931-2011), paisagista que se tornou figura-chave no processo de implementação de projetos no bairro da Barra da Tijuca entre as décadas de 1980 a 2010.

Paterman se detém na categoria paisagem e no papel que ela desempenha na visualização de territórios e nos processos de subjetivação de uma base identitária comum. Ao focalizar os projetos que envolveram negociações de Chacel com construtoras e agências governamentais, ela mostra como uma gramática supostamente técnica operacionalizou uma agenda de interesses privados, incorporando práticas discursivas dominantes e assumindo autoridade política. A autora explora, assim, como esse profissional desenvolveu um modo específico de planejar projetos paisagísticos em meio a uma gestão privada de espaços urbanos e a processos de precificação de unidades imobiliárias.

Como exemplo emblemático, sua pesquisa aborda a parceria de Chacel com o dono da construtora Carvalho Hosken. Precisando lidar com normas ambientais que limitavam o preenchimento integral de um terreno com área construída, o empresário produziu “espaços livres” contratando o paisagista para planejar o plantio de vegetação nativa, estratégia que tornou o empreendimento mais atraente e driblou ainda a grande ameaça aos olhos dos compradores, a “favelização”, pois ao oferecer um jardim bem cuidado, o projeto demarcou simbólica e territorialmente que o lugar não estava abandonado. O artigo demonstra, assim, que no contexto discursivo pesquisado o meio ambiente assumiu contornos de um conveniente promotor de vendas, compondo um “marketing ecológico”, em que a preservação da natureza se aproxima discursivamente a um “estilo de vida” disponível para compra.

Nesta primeira parte do dossiê, portanto, os artigos discorrem sobre os agentes que elaboram, autorizam, legitimam e implementam slogans e projetos de valorização de determinadas áreas urbanas, seja em modalidades como do *ethnic showcasing* das regiões centrais de Lisboa e Buenos Aires, da campanha *La Plata. Estás en casa* na Argentina, ou do “marketing ecológico” dos empreendimentos imobiliários do Rio de Janeiro. Através da análise dessas intervenções, são postas em evidência as formas como agentes governamentais, econômicos e sociais estabelecem ou diluem suas interdependências e escopos de ação. Ao fim e ao cabo, suas investigações demonstram que todos eles estão interconectados por complexos feixes de poder e contextos de interesses e conflitos.

Os estudos realçam ainda os diferentes mecanismos de exclusão física e simbólica das camadas populares que habitam as cidades. Assim, vemos não só a movimentação dos múltiplos interesses particulares pelos que concentram capital econômico e simbólico, mas também as assimetrias de poder que são operadas durante diferentes processos de modelagem dos espaços e imaginários urbanos. Contudo, como será focalizado no próximo conjunto de textos, os sentidos das localidades são atribuídos por uma ampla gama de vivências e pertencimentos, o que torna qualquer planejamento ou intervenção passível de contradiscursos e usos imprevistos.

Disputas, desestabilizações e contestações de usos e sentidos

As disputas pelos sentidos e significados atribuídos aos espaços são movimentadas por meio de diferentes táticas: da circulação e ocupação de corpos considerados “fora lugar” em eventos e logradouros a reivindicações de reconhecimento de direitos e de fixação territorial. Nesse tópico, os artigos se detêm sobre os efeitos das políticas de gestão de populações, territórios e identidades, pois é através de categorizações estatais que são operacionalizados processos de identificação da população e elaborados políticas públicas segmentadas para “jovens”, “mulheres”, “indígenas” etc. Contudo, como abordam as diferentes contribuições dos autores e da autora, a implementação de programas e políticas pode estabelecer tanto inéditos pontos de conexão quanto acentuar cenários adversos.

Os textos analisam as negociações entre coletividades e agentes de diferentes escopos de poder político e econômico, os embates em torno dos imaginários e corporalidades que serão considerados legítimos para ocuparem o espaço público, as disputas em torno de narrativas, dizibilidades e memórias

sobre formas de violência. De certo modo, interessam aos autores e à autora a análise de contextos sociais específicos capazes de confirmar ou subverter classificações e delimitações físicas e simbólicas, baseadas em noções como “decadente e revitalizado”, “feminino e masculino”, “formal e informal”, “autêntico e inautêntico” etc.

Desestabilizações que podem aparecer atreladas a ações patrimoniais, à ocupação cultural e política de praças, à criação de circuitos artísticos, entre outras modalidades de produção de novos relatos e percursos. Nesse sentido, os trabalhos apresentados contribuem também para os debates sobre o papel dos ativismos e coletivos culturais e políticos, pois, perpassando as análises, são focalizadas perspectivas organizacionais, projetos políticos, construção de agendas e estratégias de mobilização e ação que possuem laços mais fluidos e horizontais, ainda que inevitavelmente atravessados por conflitos e dissensos (GOHN, 2017; MARQUES; MARX, 2019).

Os artigos desse segundo eixo percorrem, portanto, caminhos analíticos que realçam as permanentes construções e reconstruções dos espaços, suspendendo concepções arraigadas sobre modelos participativos, imaginários urbanos e alteridades. Analisando o processo constante de transformação das cidades, autores e autora se atentam às efemeridades dos eventos, ocupações, *performances*, itinerários, circuitos, como que procurando não as cidades ordenadas pelos planejadores ou as cidades idealizadas pelas imagens de consumo. Suas investigações convergem na tentativa de captar o tempo dos espaços em disputa, das narrativas e identidades em dissonância, das convenções sobre usos em tensão. Ou seja, focalizam os tempos e espaços do movimento, quando é possível perceber as vivências e experiências concretas das cidades e suas dinâmicas de transformação (GUIMARÃES, 2014; AGIER, 2015; FRÚGOLI JR; SPAGGIARI; ADERALDO, 2019).

Abrindo o tópico, André Pimentel analisa em “A praça Roosevelt: um espaço contestado na São Paulo contemporânea” a reforma multimilionária que transformou o lugar sob o pretexto de produzir uma “requalificação urbana”. Sua proposta é pensar a cidade enquanto categoria política a partir de um duplo movimento analítico: um que focaliza a produção histórica de ordenamentos urbanos, estatais e não estatais, desvelando os projetos de cidade por meio da regulação de populações, territórios e fluxos, e outro, complementar, que abarca as apropriações práticas cidadinas desses projetos, através de suas propostas de gestão, uso e ocupação. Ao reconstituir alguns dos trânsitos entre usos insurgentes e resistências politizadas produzidos nas

apropriações atuais em torno da praça Roosevelt, o autor busca identificar os discursos e as redes pessoais ou institucionais operados pelos agentes coletivos.

Sua atenção recai mais detalhadamente sob os dissensos entre os agentes favoráveis a um ordenamento restritivo e securitário, os defensores de um modelo de gestão democrático e participativo e os agentes de coletivos autodeclarados periféricos que “ocuparam” o espaço com mobilizações culturais e políticas. Colocando em interface esses diferentes agentes coletivos, Pimentel propõe uma reflexão sobre a polissemia da ideia de “direito à cidade” na contemporaneidade. Ele sugere que as discussões em torno da gestão participativa de espaços públicos não estão situadas no mesmo campo político que a atuação de coletivos culturais com pautas identitárias. Da mesma forma, a luta de movimentos de moradia popular no centro da cidade, por exemplo, se insere em um campo diferente desses dois anteriores. O que não significa, como pontua o autor, que esses diferentes tipos de luta política não possam se articular, já que em comum propõem uma multiplicidade de rupturas frente à produção de ordenamentos urbanos, que vão da resistência à tentativa de articular novos ordenamentos.

Em seguida, o artigo de Roberto Marques, “Problemas de patrimônio: feminismos e imaginários espaciais na Festa de carregamento do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha (CE)”, chama também atenção para as novas configurações da ocupação dos espaços públicos pelos movimentos sociais. Ao analisar experiências de ocupação das ruas da festa pela Marcha das Mulheres, o autor propõe que protestos se tornaram exercícios poéticos e políticos de imaginação, verdadeiros “embates culturais” pela definição das regras do jogo. Seu enfoque então recai sobre as disjunções e conjunções existentes entre as ações dos feminismos no Cariri cearense e o imaginário social que regula a patrimonialização da festa.

O autor demonstra como expedientes de carnavalização e folclorização têm sido operados desde a década de 1940 como meio de institucionalizar a Festa de Santo Antônio, precipitando seu processo de patrimonialização e salvaguarda pelo IPHAN nos anos 2000. Seu argumento é que o conjunto difuso chamado de Cultura Popular do Cariri, associado a personagens como Luiz Gonzaga, Padre Cícero e ao poeta Patativa do Assaré, emerge usualmente como anteparo simbólico que alegoriza a região, seu território, sua população e as relações socioculturais ali presentes. Esse imaginário ecoa na festa por meio de imagens reiteradas e de fácil circulação dos carregadores do pau da Festa de Santo Antônio, dos grupos de cultura popular e seus artefatos ou da sobreposição entre festa e experiência religiosa. Imagens que parecem pródigas

em mobilizar marcadores sociais, definindo uma gramática de trânsitos e lugares sociais.

Ao observar as disjunções e conjunções mobilizadas pela festa, Marques enfatiza que os personagens valorizados pela sua patrimonialização acessam uma romantização do mundo rural incompatível com as denúncias dos feminismos locais, pois, enquanto na memória usual da festa mulheres são definidas pela busca de parceiros para o matrimônio, a Frente de Mulheres do Cariri busca ressignificar as relações de gênero e as dizibilidades sobre a região denunciando a desigualdade e violência de gênero. Encontra-se aí uma disputa entre diferentes projetos para o Cariri cearense, embora, paradoxalmente, ambas as narrativas indexem como origem de suas ações a ideia de um Brasil rural, atávico e distante da urbanidade.

Já em “Arte Vida: itinerários de arte indígena nas cidades contemporâneas”, Ana Elisa Freitas se inspira na perspectiva metodológica benjaminiana do percurso para explicar os itinerários de arte indígena nas cidades. Sua proposta é compreender a cidade a partir desses itinerários. O que, ressalta, exige um olhar atento ao mundo, suas contradições, conflitos e dissonâncias. Para tanto, ela acompanha dois movimentos: a fabricação e circulação de formas tridimensionais de cipó trançado, em seus deslocamentos das florestas e em suas instalações nas ruas da cidade de Porto Alegre por coletividades Kaingang, e a ativação de circuitos de arte contemporânea em cidades como Brasília, São Paulo, Londrina, Curitiba, Porto Alegre e Boa Vista, e suas circulações pelo mundo através de museus, universidades, ruas e redes sociais.

Sua pesquisa traz dados do censo do IBGE de 2010 para destacar que as territorialidades indígenas passaram a incluir de modo significativo várias cidades brasileiras, com pessoas e coletivos fazendo parte do cotidiano não como “índios integrados ou assimilados”, mas como Kaingang, Guarani, Krenak, Macuxi, Tukano, Terena, Wapichana, Pankararu, Huni Kuins, entre outros. Analisando os itinerários da arte indígena, Freitas sustenta que suas presenças na cidade é um fenômeno próprio da gênese urbana nas Américas, embora no imaginário colonial índio e cidade se apresentem como linhas de fuga que deslizam para direções diametralmente opostas, evocando a ideia de corpos fora de lugar. Através da arte, seria então realizada uma evocação poética que reivindica o acesso indígena à cidade e amplia o horizonte de possibilidades para o urbano na contemporaneidade.

Para Freitas, o fluxo da arte faz com que coletividades e artistas indígenas se movimentem no território, desfaçam fronteiras e re-teçam redes. Ela ressalta ainda que esse fluxo instaura uma experiência que desfoca a cidade de sua

dimensão de espaço construído, ordenado e antrópico, restituindo sua dimensão cosmo-mundo – espaço de saber, fazer e viver. Dialeticamente, ao se engajarem nos itinerários de arte indígena nas cidades, pessoas e coletividades produziram uma desacomodação do imaginário colonial, restituindo a condição contemporânea da cidadania, do pensamento e da ação.

Nesta segunda parte do dossiê, portanto, os artigos abordam diferentes formas com que agentes sociais coletivos reivindicam e disputam seus lugares pertencimento a determinados espaços e territórios nas cidades. Interessante notar que em todos os estudos trazidos para o debate as formas de entender e produzir “arte” e “cultura” aparecem como elementos estruturadores da ação política e da apresentação e (re)apresentação de si como coletividades singulares. Seja através de formulações sobre o ser jovem periférico, mulher ou indígena em contexto urbano, as autoatribuições identitárias surgem como formas de disputar sentidos e lutar por direitos.

O dossiê cumpre, assim, o papel de abrir diálogos e propor articulações entre temas que atravessam diversos lugares e itinerários de investigação. Contribuí especialmente para pesquisas sobre as dinâmicas de transformação dos espaços, os discursos e práticas governamentais neles implementados, e as formas de organização coletiva de contestação, ocupação e fixação. Ao reunirmos os artigos, não tivemos a pretensão de formar uma agenda de pesquisa ou um campo rigidamente delimitado de análise. O que buscamos foi trazer caminhos conceituais e metodológicos para pensar algumas questões que conformam e desafiam as cidades contemporâneas, como a interdependência entre atores econômicos, políticos e sociais que concentram poderes de intervenção e regulação das cidades, e as potencialidades e os desafios dos processos de contestação protagonizados por coletividades subalternizadas por assimétricas relações de poder.

Referências

- AGIER, Michel.
(2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, vol. 21, n. 3, p. 483-498.
- BEZERRA, Marcos Otávio.
(2017). Corrupção e produção do Estado. *Repocs*, vol. 14, n. 27, p. 99-130.
- BOURDIEU, Pierre.
(2012). *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CASTILHO, Sergio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla.
(2014). *Antropologia das práticas de poder*. Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa.

- CASTRO, João Paulo Macedo; GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2020 junho). Mercado imobiliário, neoliberalismo e Covid-19: a crise vista pelos olhos da "oportunidade". *Ciências Sociais e Coronavírus*. Boletim n. 64. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2390-boletim-n-64-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- CERTEAU, Michel de. (1998). *A invenção do cotidiano. Artes de fazer* 1. Petrópolis: Editora Vozes.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo, Boitempo.
- FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico; ADERALDO, Guilherme (Org.). (2019). *Práticas, conflitos, espaços*. Pesquisas em antropologia da cidade. Rio de Janeiro: Gramma.
- GOHN, Maria da Gloria. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2014). *A utopia da Pequena África*. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV.
- HARVEY, David. (2006). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola.
- LEITE, Marcia Pereira. (2020 maio). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia*, texto 23.
- MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. (2019). "A inter-relação entre coletivos culturais e instituições no Espírito Santo: para além da fronteira (teórica) entre sociedade civil e Estado". In: *Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YT0y0ntz0jY6InBhcmFtcyI7czozNT0iYTox0ntz0jEy0iJJRF9BVELWSURBREUI03M6MjoiMjoi030i03M6MT0iaCI7czozMjoiMmZlNWJkMTE2M2M3N2l0DBiZDYyMDMwYzk0YTkzYTki030%3D&ID_ATIVIDADE=22. Acesso em: 18 jul. 2020.
- NADER, Laura. (1972). Up the anthropologist: perspectives gained from studying up. In: Dell Hymes (ed.), *Reinventing Anthropology*. New York, Pantheon Books.
- SCAPINI, Gabriela; MARX, Vanessa. (2020 maio). Atuação de mulheres em tempos de covid-19: a necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. *Jornal da UFRGS*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-de-mulheres-em-tempos-de-covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/> Acesso em: 14 jul. 2020.